

## IMPASSE

# Estudantes deliberam sobre a ocupação nesta terça-feira

*Assembléia geral, convocada pelo CCA, vai reunir alunos de todos os cursos*

O Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA) decidiu convocar para esta terça-feira, 30/3, uma assembléia com estudantes de todos os cursos para deliberar sobre a ocupação da Reitoria. A discussão acontece pela manhã e à noite, na quadra. No caso de o espaço encontrar-se indisponível por causa da reforma, a assembléia será transferida para o Pátio da Cruz.

A reunião do CCA aconteceu em caráter emergencial, depois de quatro horas de conversa entre representantes do movimento de ocupação e membros dos CAs Leão XIII, 22 de Agosto, CARI e APG, mediados por APROPUC e AFAPUC. Esse encontro se deu logo após o confronto entre alunos representados por esses CAs e o grupo da ocupação (veja matéria nesta edição).

Além da posição de que todos os centros acadêmicos do câmpus deveriam convocar conjuntamente a assembléia – para que sua legitimidade não seja questionada – o único consenso atingido foi a união de todos os presentes em torno do repúdio à suspensão de 20 dias anunciada aos 13 estudantes da Faculdade de Ciências Sociais. A posição foi reiterada pelo CCA, que se colocou também contra a punição dos que participam do movimento de ocupação.

As associações de professores e funcionários colocaram-se contra qualquer forma de resolução através da força, reiterando os métodos de-



ALICIA PERES

Sessão extraordinária do Consun de 22/3 debate a ocupação da Reitoria pelos estudantes

mocráticos adotados historicamente pelos movimentos político-sociais.

## Consun

Duas reuniões extraordinárias do Conselho Universitário (Consun) discutiram a ocupação da Reitoria durante a semana passada, na segunda e na quarta-feira. A primeira dessas reuniões contou com presença maciça de estudantes, que lotaram completamente a sala P-65 para acompanhar a discussão do Conselho.

A principal decisão do Consun, entretanto, veio na sessão da quarta-feira, 24/3: com 15 dos 22 votos, aprovou-se um apelo para que os alunos deixassem a sede da Reitoria ainda naquele dia.

No movimento de ocupação, uma reunião que lotou o espaço em frente à Reitoria decidiu manter a ocupação no mínimo até a assembléia do dia seguinte, no Pátio da Cruz. Os votos da assembléia da manhã da quinta-feira foram somados com os da noite, totalizando mais de 300. Com pequena diferença de votos, venceu a continuidade da ocupação.

Na mesma noite, os centros acadêmicos Leão XIII, CARI e 22 de Agosto realizaram uma assembléia apenas para estudantes dos cursos que representam, na Prainha, onde foi aprovada quase unanimemente a desocupação. A experiência se repetiu na manhã de sexta, dando origem ao confronto em frente à Reitoria.

## Resolver o impasse por meio da política e dos métodos do movimento social

As diretorias da APROPUC e da AFAPUC, diante da situação de impasse em relação ao conflito sobre as punições, fazem um chamado à Reitoria a atender a reivindicação estudantil de não-punição. Poria, assim, fim à ocupação estudantil das dependências administrativas da Universidade.

A solução do impasse - primeiro desocupar para depois rever as punições - permitiria voltar às causas (conflito em torno das festas). Entidades, como APROPUC, AFAPUC e centros acadêmicos, fariam parte da discussão e superação das causas originárias da punição. As assembleias dos três setores poderiam assegurar a democracia universitária.

A via da repressão punitiva não é a dos movimentos sociais. Não desconhecemos que é um instrumento institucional do poder da Universidade. Problemas sociais e políticos têm de ser enfrentados pela via social e política. Também não desconhecemos que a punição desfechada pela instituição é de caráter social e político, com a diferença de ser institucional-repressiva a atividades estudantis. Aí reside o impasse que resultou do confronto em torno das festas.

Sem dúvida é lamentável que o choque tenha suas raízes em acontecimentos como festas e proibição, quando o movimento social tem pela frente grandes problemas nacionais, internacionais e, particularmente, educacionais. Esse processo reflete a imaturidade e profunda despolitização do próprio movimento estudantil e dos movimentos sociais em geral. Mas o fundamental de nossa orientação é de enfrentar tal problema com os meios da política que vem dos próprios movimentos sociais.

A não-resolução do fim das punições, juntamente com o fim da ocupação, tem gerado uma polarização de forças, abrindo flancos para saídas que comprometem a conquistas democráticas alcançadas historicamente nesta universidade.

Neste sentido, as diretorias da APROPUC e da AFAPUC vêm afirmar a necessidade fortalecer a posição de solucionar o conflito, que tomou a forma de punição-ocupação da Reitoria, por meio da política e dos métodos sociais.

Considera, ainda, necessário encontrarmos formas de superar as causas que levaram à punição e à ocupação.

*Diretoria da APROPUC  
Diretoria da AFAPUC*

## EVENTO

# NTC participa do Fórum Mundial de Educação

Entre os dias 1 e 4 de abril acontece em São Paulo o Fórum Mundial de Educação - São Paulo, no Anhembi, que preparará a participação paulista no Fórum Mundial de Educação que acontecerá em julho, na cidade de Porto Alegre.

O Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC, NTC, está envolvido na preparação do chamado Fórum Mundial Criança, sessão do evento que tem como proposta organizar e garantir a possibilidade da participação da criança e do adolescente como protagonista do processo de discussão da educação.

Essa participação será efetivada na medida em que as entidades que elaboram o Fórum Criança articulam a vinda de um grande número de crianças e adolescentes ao evento. Além disso, antes do início de cada mesa do Fórum, serão exibidos vídeos enviados por várias entidades que, narrados por crianças, discutindo que educação queremos. A Tenda, montada no Anhembi pelas diversas entidades que compõem o Fórum Mundial Criança, estará apresentando diariamente uma série de atividades.

O NTC participará também com um Teatro de Bonecos, que acontece no sábado, 3/4, a partir das 11h20.

Ao final do Fórum está programada uma marcha de encerramento onde são esperadas 2.000 crianças.

## Conferências

A PUC também estará representada em diversas outras conferências e painéis. No dia 2/4 a professora Ana Maria Saul participa da conferência Educação Cidadã como Direito Social e Humano, e o professor Ladislau Dowbor na conferência Cidade Educadora e as Desigualdades Sociais. No dia 3/4 Mario Sergio Cortella apresenta a palestra A mídia na cidade educadora. Sueli Rolnik debate O papel do ensino superior na perspectiva de uma educação cidadã, Alípio Casali discute A qualidade social do Ensino Superior e Nadia Ruiz Silveira participa da mesa Legado freiriano e a educação da infância.

As informações de horários e auditórios dos eventos podem ser obtidas no site [www.forummundialeduacao.org](http://www.forummundialeduacao.org).



**PUCviva** é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Coordenação:** Valdir Mengardo. **Reportagem:** Leandro Divera.

**Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G.S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** [apropuc@sanet.com.br](mailto:apropuc@sanet.com.br). **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) - **PUCviva** na Internet: [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br).



AUGUSTO NAZÁRIO

## Alunos de Direito, FEA e RI questionam ocupação

Na manhã de sexta-feira, 26/3, um conflito entre estudantes de Direito, FEA e Relações Internacionais e os alunos que ocupavam a Reitoria por pouco não se transformou num confronto de proporções mais sérias. Durante a realização da assembléia dos

alunos de Direito, FEA e RI, um grande número de alunos manifestou-se contra a ocupação, exigindo a saída dos alunos da Reitoria.

Os estudantes dirigiram-se até a porta da Reitoria e iniciaram uma manifestação diante dos colegas acampa-

dos. A intermediação dos professores e funcionários, que fizeram uma barreira para que os dois grupos não entrassem em contato, evitou um confronto que poderia ter sérias proporções. Após algumas intervenções acaloradas, os alunos se dispersaram.

### PROFESSORES

#### Comissão encaminha reivindicações

Reunida na segunda-feira, 22/3, a Comissão de Mobilização dos Professores, formada na assembléia de 18/3, iniciou seus trabalhos de estruturação e decidiu encaminhar à Reitoria algumas reivindicações relativas à atual situação dos docentes.

Os professores solicitaram à vice-reitoria acadêmica dados sobre a situação dos contratos de trabalho, principalmente depois dos cortes efetuados no início do ano. Essa solicitação também foi encaminhada aos diversos departamentos da universidade.

A Comissão resolveu também solicitar uma reunião com a Reitoria para discutir recusa dos professores em adiar as negociações da campanha salarial para junho e também a não aceitação das propostas sobre os atrasos salariais.

Um novo convite estará sendo formulado para que os departamentos que ainda não se integraram à Comissão passem a fazer parte dela. Nova reunião está prevista para esta segunda-feira, 29/3, às 18h.

# PROFESSOR

## Assembléia

2ª feira – 29/03 – 19 h – Sala 239

**CRISE DA UNIVERSIDADE:**

\*Conflito em torno das punições aos Estudantes

\*Campanha Salarial

\*Comissão de Mobilização

# APROPUC e AFAPUC posicionam-se contra as punições

A ocupação da Reitoria por parte dos estudantes gerou, durante a semana passada, as mais diferentes manifestações por parte da comunidade. A assembléia da APROPUC, realizada na quinta-feira, 18/3, no exato momento em que os estudantes ocupavam a Reitoria, aprovou com 31 votos favoráveis, 4 contra e 9 abstenções, uma moção de apoio aos estudantes sindicados, colocando-se contra a aplicação das punições. Essa posição foi reafirmada, em documento enviado à comunidade, no dia 24/3 (vide texto nesta página).

A AFAPUC tomou posição semelhante através de sua assembléia, onde os estudantes manifestaram-se contrariamente à suspensão de 20 dias imputada aos 13 alunos. Ambas as associações não se manifestaram sobre a ocupação, entendendo ser esta uma prerrogativa dos estudantes, mas expressaram seu desejo de que a situação fosse solucionada através do diálogo.

Entre os Centros Acadêmicos que manifestaram solidariedade aos estudantes, estão os de Ciências Sociais, Psicologia, Benevides Paixão, Serviço Social, Letras, Educação e a Associação de Pós-graduandos da PUC.

A posição contrária à ocupação foi defendida por algumas unidades, como o Setor de Pós-Graduação, a Faculdade Ciências Sociais, o Departamento de Teologia e a FEA. As manifestações destes setores foram divulgadas para toda a comunidade pelo *Flashnews*, serviço de comunicação da Reitoria via Internet, e pela lista de e-mails Informe Reitoria, criada na semana passada e reunindo todos os e-mails de alunos de que a universidade dispõe.

## Comunicado da diretoria da APROPUC

A diretoria da APROPUC, reunida na 2ª feira dia 22/03/04 discutiu o conflito em torno da punição aos 13 estudantes. Achou necessário deixar clara sua posição diante dos acontecimentos.

Na noite de 5ª feira dia 18/03/04, a Assembléia dos Professores aceitou que um representante dos estudantes, envolvido com o movimento contra as punições desse um informe sobre o que estava acontecendo. O estudante fez um pedido que a Assembléia discutisse uma moção de apoio contra as penalidades e sua retirada imediata. No final da Assembléia os alunos retornaram informando que tinham ocupado a sede da Reitoria para reivindicar o atendimento do fim das punições.

Como último ponto da Assembléia a mesa encaminhou a votação da Moção de Apoio a Retirada das Punições (enviada por e-mail aos professores).

Terminada a Assembléia, a diretoria da APROPUC, acompanhada de

um grupo de professores, foi até a sala do Reitor ocupada pelos estudantes e fez o informe da deliberação da Assembléia.

Em seguida, encontrou-se com a Reitoria e, igualmente, informou sobre a Moção aprovada pela Assembléia. A diretoria da APROPUC terminou o encontro com a Reitoria se dispondo a participar das discussões e soluções em torno do impasse.

A reunião da diretoria da APROPUC do dia 22/03/04 frente à não solução do impasse reafirma a posição da Assembléia de Professores, respeitando sua soberania, e considera que o fim da punição, juntamente com o fim da ocupação, será o melhor caminho para superar o conflito, assegurar a democracia universitária e encontrar as formas de superar as causas que levaram a punição e a ocupação.

DIRETORIA DA APROPUC

## Moção de apoio aos estudantes

A assembléia da AFAPUC realizada no dia de hoje, vem reafirmar o APOIO da entidade à NÃO PUNIÇÃO aos estudantes sindicados.

É sabido que a história de luta dos movimentos políticos, sindicais e estudantis foi marcada por momentos de conflitos na universidade.

Historicamente, as associações de Funcionários e Professores estiveram lado a lado em situações extremamente difíceis, porém voltadas fundamentalmente ao compromisso político que sempre foi o princípio de qualquer discussão.

Não podemos acolher a punição dada aos estudantes. A autocracia não deve estar presente na PUC e nem

ferir o caráter democrático que sempre conduziu o diálogo entre os três segmentos desta universidade.

A democracia que todos conquistamos – funcionários/professores/alunos – não pode ser alvo de um modelo que retrocede a história de lutas de todos que convivem na PUC-SP.

Repudiamos a penalidade que estão submetidos os estudantes. Elevemos o princípio do diálogo, do bom senso e o nosso papel político que norteia as relações internas.

Assembléia da Associação dos  
Funcionários da PUC-SP -  
AFAPUC  
São Paulo, 24 de Março de 2004

# A luta pela democracia na PUC-SP

Há tempos assistimos a um processo de transformação da PUC-SP, através do qual esta universidade vem gradativamente perdendo algumas das suas características mais importantes, que fizeram parte da sua história e constituem a base do reconhecimento nacional de que a PUC se orgulha: o seu caráter democrático e comunitário, seu histórico de luta pelos direitos humanos e democráticos. Ainda que a atual Reitoria insista em afirmar que essas características se mantêm intactas, o que vemos são práticas que longe estão de fazer jus a esta tradição. Em defesa da democracia na PUC-SP, a comunidade universitária deve saber rechaçar as medidas da Reitoria que a colocam em xeque.

Para exemplificar este processo, basta lembrar que a Reitoria tem se negado a discutir as reivindicações do movimento estudantil em negociações abertas a todos os estudantes. Isso foi o que se mostrou em 2002, quando estes reivindicaram uma negociação aberta cuja pauta era a redução de mensalidades, e que nos foi negada. O mesmo processo se repetiu em 2003, desta vez em torno da questão das salas de aula, quando os estudantes foram transferidos de suas salas sem discussão prévia, gerando uma situação que prejudicou enormemente o andamento das atividades dentro da universidade.

Além dessa negação crescente de manter o diálogo com os estudantes, a Reitoria ainda tomou diversas medidas de "segurança", que constituem uma ameaça aos nossos direitos democráticos mais básicos. Temos conhecimento de que hoje somos vigiados por câmeras que sequer sabemos onde estão, e por seguranças da empresa privada Graber, que trazem para o

ambiente universitário práticas policiais estranhas ao espírito comunitário. As concertinas em torno do campus Monte Alegre são a expressão mais simbólica do clima de medo que crescentemente vem se instaurando na universidade.

Como ápice desse processo de repressão, um fato político novo está acontecendo na Universidade. A Reitoria anunciou a punição de 13 estudantes, que estão sendo ameaçados de arcar com 20 dias de suspensão. O argumento apresentado, de que eles seriam os organizadores da festa ocorrida no Pátio da Cruz em setembro de 2003, é apenas um pretexto que busca dissimular o real intuito de disciplinar o movimento estudantil, e impedir que este tome ações que questionem as medidas que a reitoria vem implementando. Não há nem pode haver provas reais contra estes estudantes, em sua maioria bolsistas, inadimplentes ou ativistas do movimento estudantil, até porque a referida festa teve a participação de várias centenas de estudantes, além de que entre os sindicatos havia quem sequer estudasse na PUC-SP.

Devemos compreender este tipo de punição arbitrária no marco geral da crise que a PUC-SP está atravessando. Os professores estão há vários meses sem receber integralmente seus salários. Alguns cursos e turmas correm o risco de serem fechados. Os funcionários são obrigados a lutar pela simples manutenção de direitos historicamente adquiridos. As mensalidades atingem níveis exorbitantes, as bolsas diminuem a cada ano e os inadimplentes têm cada vez mais dificuldade para se manter na universidade. A Reitoria tem se mostrado impotente em apresentar soluções que não passem por descar-

regar nas costas de professores, funcionários e estudantes, o ônus de ter que arcar com essa crise, pela qual não são responsáveis. Temos clareza de que quanto mais aumentam as mensalidades, menos se paga professores e funcionários, e mais se precariza o ensino. O cerceamento da organização do movimento estudantil responde ao fato de que este pode aglutinar as insatisfações de todos os setores da comunidade universitária.

A atual ocupação da sede da Reitoria está diretamente ligada a esse processo, e não pode ser entendida em separado dele, como alguns membros da burocracia acadêmica têm se esforçado em propagar. Apesar de nossa reivindicação imediata ser o fim das punições, o que está em jogo é muito mais do que isso. Devemos compreender que se trata aqui das perspectivas futuras da universidade, de buscar definir se a PUC-SP aprofundará a sua tradição democrática, ou pelo contrário se avançará em tornar-se mais uma universidade do tipo empresa, como tantas que surgem a cada dia. Entendemos que é preciso estabelecer uma união da base dos estudantes, de professores e funcionários que discuta e tome ações que sejam efetivas em reverter o que atualmente está se delineando na Universidade. Criando os organismos adequados e com uma pauta de reivindicações comuns, poderemos nos unir para reverter todo o processo em curso, e aprofundar a democracia nesta Universidade.

## *Movimento de Ocupação*



# Democracia unilateral

*“É um mito supor que o jovem quer sempre o progresso social; ele quer mudança radical, mas esta pode ser, conforme as circunstâncias, progressiva ou regressiva”.*

Ruy Fausto

*Cláudio Gonçalves Couto*

Democracia e repressão podem estar relacionadas? Começo este texto com tal pergunta diante da afirmação – por vezes feita – de que a utilização da repressão é algo antidemocrático. Considerando-se inicialmente a democracia como um regime estatal, isto é, como uma das formas pelas quais o poder do Estado se organiza, seria incorreto afirmar que democracia e repressão são antitéticas. Afinal, o poder de todo Estado, seja ele de que tipo for, fundamenta-se sobre a possibilidade de utilizar a repressão contra os que transgridem suas regras. Sendo assim, se numa democracia alguém desrespeita as normas vigentes e é reprimido por isso, não ocorre nenhuma violação do caráter democrático do regime. Ao contrário: por ser a democracia uma forma de organização da vida coletiva que requer o respeito a regras de convívio, de modo a permitir a coexistência civilizada e a solução pacífica das divergências, qualquer transgressão de normas pode pôr em risco justamente a viabilidade desses dois objetivos. Dessa maneira, a repressão contra os transgressores faz-se necessária para que estes não destruam a própria democracia; noutros termos, não reprimir é que seria antidemocrático.

O curioso é que, por vezes, a *repressão democrática* é acusada de ser *mera repressão* justamente por aqueles que lançam mão da força, da intimidação e da criação de

situações de constrangimento inescapáveis aos demais. Ou seja, quando esses indivíduos ou os grupos a que pertencem constroem impositivamente os demais, agindo apenas em nome de suas próprias convicções ou interesses, alegam não estar violando a democracia; todavia, quando sofrem as conseqüências de seus atos, por meio da resposta que recebem das instituições cujas regras foram violadas, aí dizem que há “repressão”. Tal modo de ver as coisas talvez se justificasse, caso os reprimidos lutassem em prol da instauração da democracia num cenário em que vigore o arbítrio de dirigentes não submetidos a qualquer tipo de controle, decidindo tudo sozinhos e com base em regras que criem, mudem ou extingam ao seu bel prazer. Num tal estado de coisas, recorrer à força poderia ser uma forma de contribuir para que vigorasse a democracia. Mas isto evidentemente não é verdadeiro quando os dirigentes estão submetidos a controles, sendo obrigados a respeitar regras e a mudá-las também apenas de acordo com outras regras. Se as decisões que tomam não são satisfatórias isto não é razão para que sejam ilegítimas – desde que tomadas respeitando as normas vigentes.

Portanto, a democracia – mesmo que imperfeita – tem direito à autodefesa. Questionar tal direito em causa própria é que configura um procedimento antidemocrático. Quem alega que o seu uso da força é legítimo, mas a

força contra si não o é, supõe estar acima da própria democracia e, conseqüentemente, do resto da coletividade a que pertence; noutras palavras afirma a sua própria superioridade, negando um princípio fundamental da democracia: a igual validade das regras para todos. É o que poderia justificar tal superioridade? Talvez a suposição de que se detenha “a verdade”, devendo portanto enfiá-la goela abaixo dos demais. Mas isto nada tem de democrático, pois a democracia não admite uma verdade única, imposta de antemão e de forma unilateral. Na democracia “as verdades” são coletivamente construídas (e desconstruídas) mediante os procedimentos válidos para tal. É o que justificaria clamar pela solidariedade geral quando se sofre as conseqüências da autodefesa democrática? Talvez a incapacidade de responder pelos próprios atos, jamais reconhecendo os próprios erros; talvez a autoritária reafirmação da suposta condição de detentor “da verdade”; ou ainda, pior, talvez o mero e oportunista interesse próprio em fugir à responsabilidade, lançando-a sobre as costas dos demais. Tristes dos tolos que se deixam engambelar por este tipo de bravata.

*Cláudio Gonçalves Couto* é professor do Departamento de Política

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

# Meia resposta para um ataque insólito

*Dirceu de Mello*

Sim, meia resposta, porque resposta por inteiro, resposta plena, só podem merecer as críticas construtivas, sérias, responsáveis. Qualidades que, decididamente, não exibe o artigo que, ao título de “A Faculdade de Direito e os contratos de trabalho”, se dispôs a escrever a Sra. Madalena Guasco Peixoto, que se apresenta como “Presidente da APROPUC de 1991 a 2001”.

Nesse seu escrito, para dizer o menos, enveredou a Sra. Madalena pelo caminho da deslealdade, da deselegância e da insinceridade. Gratuitamente, investiu contra uma Faculdade sem conhecer suas especificidades e seus problemas. Por acaso falou com o seu Diretor ou com seus Professores sobre o assunto? Se tinha tanto a dizer contra a posição assumida pela Faculdade de Direito em torno de tema que envolve hoje toda a Universidade, por que não o fez na Assembléia da APROPUC a que os Professores de Direito e o Diretor da Faculdade estiveram presentes?

Crítica leal, bem intencionada, superior, como se sabe, é aquela que, preocupada com a verdade, se dá às claras, “olho no olho”, sem subterfúgios e sem a marca da insidiosa surpresa.

A Sra. Madalena, no entanto, a ação desse tipo, - mesmo porque, frise-se, sequer o real posicionamento do Direito teve o cuidado de levar para o papel, já que fez por ignorar as razões factuais e jurídicas que instruíram ofício sobre o tema contratos de trabalho e cortes salariais dirigido pelos Chefes de Departamento e pelo Diretor da Faculdade à Vice-Reitoria Acadêmica, ofício esse largamente difundido na Universidade e até lido em reunião da APROPUC - , preferiu valer-se de encarte anexado, ao que tudo indica à undé-

cima hora, no jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC, o conhecido e acatado *PUCviva*.

Não aparecesse como encarte ao jornal, na verdade, até poderia a publicação da Sra. Madalena ser tomada como “folhetim”, desses que, pobres de conteúdo mas recheados de maldade, vez por outra, quase sempre com objetivos reprováveis, são passados às mãos de leitores menos avisados e desfrutáveis.

Pergunto-me, por que o rancor todo da Sra. Madalena relativamente à faculdade de Direito? Alguma questão pessoal? Por acaso alguma frustração?

Se foi presidente da APROPUC, como alega por dez anos a fio, no lugar de alimentar a ira, o normal, o lógico, o razoável seria cultivar, se não o amor – ideal nas circunstâncias inimagináveis –, ao menos o respeito para com os Professores que foram seus presididos.

Quanto a mim, bem de ver, embora na Universidade desde 1969 (Professor na Graduação e na Pós-Graduação, Diretor do Curso de Estágio Profissional, Chefe de Departamento, Diretor do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, Membro do Conselho Universitário, Vice-Diretor da Faculdade de Direito, Membro do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas e Membro do Conselho de Ensino e pesquisa – isso tudo, é evidente, sucessivamente), onde me doutorei, onde me fiz livre-docente e onde alcancei a condição de Professor titular, sequer conheço a Sra. Madalena.

Se, como o diz, foi ela Presidente da APROPUC, é porque é Professora na Universidade. De que, todavia, não sei. Seguramente, porém, pelo que se animou a fazer com a Faculdade e os Professores de Direito, Professora de lealdade não é e provavelmente nunca será. Mais, se foi com tal espírito de ani-

mosidade e irreflexão que presidiu sua entidade de classe, teríamos agora que imaginar quão criticável teria sido sua gestão, imposta por todo um decênio àqueles que, Professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mereceriam sorte melhor.

Já ao fim desta manifestação – que, insisto, preferiria não ter que redigir –, quero deixar claro que não voltarei ao assunto. Por mais virulenta que possa a Sra. Madalena (ou alguém por ela) retornar contra a Faculdade de Direito, contra seu Diretor ou contra seus professores, encontrará de nossa parte o silêncio absoluto. Esta “meia resposta” já foi muito para quem, graciosamente agressiva e desmedidamente injusta, talvez tenha querido usar a Faculdade de Direito – berço mesmo da PUC, porque, como sabido, precedeu a instalação do Curso de Direito a criação da própria Universidade – para sabe-se lá com que desígnios, ganhar a mídia e fazer-se notar.

De celebridade, no entanto, não se revestirá às nossas custas. Poupe-nos, que temos mais coisas importantes a fazer.

*Nota de encerramento:* O original deste, devidamente datado e assinado pelo Diretor da Faculdade de Direito, está sendo entregue aos responsáveis pelo jornal *PUCviva*, para, como “meia resposta” à Sra. Madalena Guasco Peixoto, ser publicado também com esta nota, da forma que melhor parecer à direção do semanário. Se sair como encarte ao jornal não terá sido por vontade de seu subscritor.

*Dirceu de Mello* é diretor da Faculdade de Direito



## AFAPUC promove curso de formação política

Com o objetivo de propiciar à comunidade elementos para a compreensão dos problemas políticos, sociais e econômicos atuais a AFAPUC está promovendo um curso de formação política que tem como tema os Desafios do Mundo Contemporâneo. O curso será composto por oito palestras que ocorrerão entre 2/4 e 24/5, sempre às 14h. As inscrições são gratuitas e poderão ser feitas até 31/3, das 8 às 17h30, na sede da AFAPUC, na sala 02 CA do Corredor da Cardoso de Almeida. Será emitido certificado para todos os participantes que freqüentarem 75% do curso. Abaixo, publicamos a relação das palestras:

Dia	Palestra	Local
02/4	A Política Internacional no Mundo Contemporâneo Prof. José Arbex	sala 239
07/4	A Economia Internacional no Mundo Contemporâneo Prof. Erson Martins e Prof. Lucio Flávio	sala 239
12/4	Os Meios de Comunicação no Mundo Contemporâneo Prof. Hamilton Octávio de Souza	sala 239
23/4	Ética no Mundo neoliberal Prof. Fernando Altemeyer Jr.	sala 239
30/4	A Vitória de Lula e a Conjuntura Brasileira Prof. José Paulo Neto	sala 333
07/5	A Reforma Agrária no Brasil Neuri D. Rossetto (MST e Prof. Plínio de Arruda Sampaio)	sala 239
14/5	As Reformas no Mundo e o Mundo do Trabalho Prof. Ricardo Antunes	sala 239
24/5	Crise na Universidade Ivan Valente (deputado federal) e Eduardo Viveiros (pós-PUC)	sala 239

## Funcionários discutem serviços administrativos

A Comissão do Consun que debate a otimização dos serviços administrativos começa nesta semana a realizar audiências públicas com o objetivo de levantar subsídios para a elaboração de um relatório ao Conselho Universitário no dia 30/4.

A primeira audiência pública, que seria realizada no câmpus Monte Alegre, foi adiada para o dia 14/4, 14h, em sala a ser confirmada.

A Comissão deverá discutir com todos os funcionários presentes temas como gestão pessoal, profissionalização e conti-

nuidade na administração escolar, gestão do espaço físico e equipamentos, organização e métodos, planejamento e avaliação dos procedimentos administrativos. A Comissão avalia que a presença dos funcionários nas audiências é fundamental uma vez que estarão em discussão os procedimentos que norteiam o trabalho de cada setor. Nos próximos dias serão realizadas novas sessões no campus Marquês de Paranaguá (31/3), Deric (06/4) e Sorocaba (07/4).

## Anarquismos e sociedade de controle

O professor Edson Passetti, da Faculdade de Ciências Sociais, lança, nesta quarta-feira, 31/3, o livro *Anarquismos e sociedade de controle*, pela Cortez Editora. O evento acontece às 18h, na Livraria Cortez, Rua Bartira 317.

## Jazz e choro no Auditório Banespa

O Núcleo de Estudos da Complexidade (Complexus), dá pós em Gerontologia vai promover a exibição de fragmentos do filme *Buena Vista Social Club* e do vídeo *O caso de Ignácio de Oliveira, do cavaquinho*, com comentários do músico Pedro Ludovici Neto. O encontro acontece na quarta-feira, 31/3, às 14h, no Auditório Banespa.

## Departamento de Física perde Sergio Branelli

Faleceu no último dia 20/3 o professor Sergio Branelli, do Departamento de Física. Professor da PUC-SP há 33 anos, Branelli lecionou na Poli-USP e Engenharia Mauá, tendo dedicado sua vida profissional ao Depar-

tamento de Projetos da Secretaria de Vias Públicas da Prefeitura de São Paulo. Extremamente querido e respeitado pelos colegas, Sergio deixa muita saudade no câmpus Marquês de Paranaguá.